

CADERNO DE PROVA

PROCURADOR AUTÁRQUICO

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

1. Este caderno de prova contém **60 (sessenta) questões objetivas**, enumeradas de 01 a 60 e distribuídas da seguinte forma:
 - a) De 01 a 15 – Direito Previdenciário;
 - b) De 16 a 30 – Direito Constitucional;
 - c) De 31 a 40 – Direito Administrativo;
 - d) De 41 a 50 – Direito Processual Civil;
 - e) De 51 a 60 – Legislação Federal e Municipal.
2. Além das questões objetivas, este caderno também contém uma peça processual que compõe a prova prático-profissional, com o devido espaço para o rascunho dos textos definitivos.
3. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro)** opções de resposta. Apenas uma resposta responde corretamente à questão.
5. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
6. Reserve tempo suficiente para marcar o seu cartão de respostas e preencher suas folhas de textos definitivos. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados na avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **60 (sessenta)** minutos de seu início.
8. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue este **caderno de prova** e o **cartão de respostas**.
9. O candidato somente poderá retirar-se do local da aplicação levando consigo o caderno de provas a partir dos últimos **30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização da prova.
10. **Boa prova!**

Direito Previdenciário

Questão 01

No âmbito da legislação que dispõe sobre a organização dos regimes próprios de previdência social dos servidores dos entes da federação cumpridores das exigências legais, o Certificado de Regularidade Previdenciária será concedido quando observada a seguinte situação:

- (A) realização de transferências voluntárias de recursos pelos Estados.
- (B) registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor, conforme diretrizes específicas de cada ente estatal.
- (C) sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, tributária, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno ou externo.
- (D) identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos.

Questão 02

A emissão de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho nos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para reconhecimento de tempo de atividade especial pode ser expedido por

- (A) engenheiro que integre o quadro funcional da Administração Pública.
- (B) médico do trabalho.
- (C) perito técnico em segurança do trabalho.
- (D) técnico em segurança do trabalho.

Questão 03

A Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia disponibilizará um sistema de compensação previdenciária com o objetivo de manter atualizado o cadastro de todos os benefícios objeto de compensação financeira e a apurar o montante devido pelos regimes próprios de previdência privada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o sistema de compensação previdenciária conterá o cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira entre o RGPS e os RPPS, e destes entre si, sem incluir o total que cada regime deve aos demais como compensação financeira.
- (B) os desembolsos pelo regime de origem só serão feitos para o regime instituidor que comprovar ser credor no cômputo da compensação financeira devida entre o RGPS e o Regime Privado de previdência.
- (C) o INSS e os RPPS celebrarão termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e contrato com a empresa de tecnologia desenvolvedora do sistema de compensação previdenciária.
- (D) a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, ouvido o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, poderá estabelecer a parcela máxima mensal de desembolso ao regime instituidor.

Questão 04

O Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social é composto por representantes do seguinte órgão ou entidade:

- (A) Ministério da Economia.
- (B) Ministério do Trabalho e Previdência.
- (C) Ministério do Trabalho.
- (D) Confederação Sindical.

Questão 05

Para o processamento dos requerimentos de compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é necessária

- (A) a celebração de acordo entre os entes da federação e o INSS.
- (B) a celebração de termos de adesão do INSS e dos entes da federação com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, dispensado o contrato com a Dataprev.
- (C) a celebração de termo de adesão entre os entes da administração indireta com a Dataprev.
- (D) a celebração de termos de adesão do INSS e dos entes da federação com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e contrato com a Dataprev.

Questão 06

Os dirigentes da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social devem possuir certificação e habilitação comprovadas pelo Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial.

Assinale a opção que indique corretamente o certificado reconhecido por esse instituto na modalidade “programa de certificação por titulação ou cargo público”.

- (A) Certificação dos dirigentes da entidade gestora do RPPS
- (B) Certificação dos dirigentes do órgão gestor do RPPS
- (C) Certificação dos membros do conselho fiscal
- (D) Certificação do responsável pela gestão dos recursos do Comitê de Investimentos do RPPS

Questão 07

Um Estado pode estabelecer alíquota de contribuição previdenciária inferior à da contribuição dos servidores da União quando seu regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial.

É meio de comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho dessa condição

- (A) a aprovação de lei que evidencie a adequação das alíquotas de contribuição ordinária devida ao RPPS.
- (B) a vigência de norma dispendo sobre a transferência do RPPS para o ente federativo da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de salário-família.
- (C) a vigência de norma dispendo sobre a transferência do RPPS para o ente federativo da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de salário-maternidade.
- (D) a vigência de lei que evidencie a adequação das alíquotas de contribuição ordinária devida ao RPPS.

Questão 08

Na definição das alíquotas de contribuição ordinária devidas ao RPPS, para a permissão da cobrança de alíquotas que incidem sobre a contribuição dos servidores de Estados e Municípios em valor inferior à da contribuição dos servidores da União, é necessário que a alíquota de contribuição dos segurados e pensionistas

- (A) seja inferior às alíquotas aplicáveis aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.
- (B) seja igual ou superior às alíquotas aplicáveis aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) seja superior às alíquotas aplicáveis aos segurados do Regime de Previdência Privada.
- (D) seja igual às alíquotas aplicáveis aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.

Questão 09

A remuneração do cargo efetivo do servidor é restrita ao

- (A) valor constituído pelos vencimentos permanentes, somente.
- (B) valor constituído pelos vencimentos e pelas vantagens pecuniárias permanentes, somente.
- (C) valor constituído pelos vencimentos e pelas vantagens pecuniárias permanentes acrescido dos adicionais de caráter individual, somente.
- (D) valor constituído pelos vencimentos e pelas vantagens pecuniárias permanentes acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

Questão 10

Estão vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social

- (A) funcionários públicos inativos.
- (B) servidores públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão.
- (C) servidores públicos titulares de cargo efetivo e servidores públicos inativos.
- (D) servidores públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo temporário.

Questão 11

A Unidade Gestora que administra o RPPS dos Municípios é responsável, entre outras atribuições, pela realização periódica do recenseamento previdenciário.

Portanto, é correto afirmar que ela é um órgão vinculado

- (A) ao Poder Legislativo Municipal.
- (B) ao Poder Executivo Municipal.
- (C) ao Tribunal de Contas do Município.
- (D) ao Poder Executivo Estadual.

Questão 12

De acordo com as normas para a realização da escrituração contábil do RPPS, deverá ser adotada a seguinte diretriz:

- (A) deverão ser adotados registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de avaliações e reavaliações dos bens, direitos e ativos, inclusive dos investimentos e da evolução das reservas.
- (B) a escrituração deverá excluir todas as operações envolvendo indiretamente a responsabilidade do RPPS que possam vir a modificar seu patrimônio.
- (C) os títulos públicos, adquiridos diretamente pelos RPPS, deverão ser marcados a mercado, semestralmente, com a utilização de parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.
- (D) os demonstrativos contábeis dispensam notas explicativas de caráter complementar referentes à situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo RPPS.

Questão 13

O ente federativo, os servidores ativos, inativos e pensionistas solidariamente contribuem para a manutenção do RPPS.

Assinale a opção que indique corretamente uma decorrência do caráter contributivo.

- (A) a estimativa aproximada, em texto legal, das alíquotas de contribuição dos segurados ativos
- (B) o repasse semestral e integral dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS
- (C) o pagamento à unidade gestora do RPPS dos valores relativos a débitos de contribuições parceladas mediante acordo
- (D) a cessão, pela unidade gestora do RPPS, dos valores devidos pelos segurados ativos relativos aos benefícios cujo pagamento esteja sob sua responsabilidade

Questão 14

Os recursos previdenciários (contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS) devem ser utilizados para

- (A) pagar benefícios não incluídos no plano de benefícios sob a responsabilidade do RPPS.
- (B) transferir recursos entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário com segregação da massa dos segurados.
- (C) custear ações de assistência social, de saúde, de assistência financeira.
- (D) a Taxa de Administração relativa às despesas correntes e de capital para manter a entidade gestora do RPPS.

Questão 15

Luis é acometido por condição de saúde que o torna incapaz para o trabalho. A concessão da aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição deve decorrer do seguinte fato:

- (A) moléstia profissional.
- (B) doença contagiosa.
- (C) incapacidade permanente para o trabalho.
- (D) acidente em serviço.

Direito Constitucional

Questão 16

Nas opções a seguir, estão listados direitos previstos no artigo 5º da Constituição da República, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) manifestação do pensamento
- (B) asilo político
- (C) inviolabilidade da honra
- (D) livre expressão de atividade científica

Questão 17

Segundo a Constituição da República, para um Município com duzentos mil habitantes, o número máximo de Vereadores para composição da Câmara Municipal é de

- (A) 17.
- (B) 19.
- (C) 21.
- (D) 23.

Questão 18

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- I. os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
- II. a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- III. os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Analise os itens acima e assinale

- (A) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.

Questão 19

A respeito do que reza a Constituição da República, em relação aos servidores públicos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (B) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (C) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- (D) A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Questão 20

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo,

- (A) pelo Congresso Nacional em conjunto com o Tribunal de Contas.
- (B) pelo Tribunal de Contas da União, exclusivamente.
- (C) pela Câmara dos Deputados, exclusivamente.
- (D) pelo Senado Federal, exclusivamente.

Questão 21

A respeito do Tribunal de Contas da União e sua composição, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam o requisito de possuir mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (B) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.
- (C) O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.
- (D) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos: um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; e dois terços pelo Congresso Nacional.

Questão 22

Com base no Art. 149 da Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) Compete preferencialmente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- (B) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- (D) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário previsto, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

Questão 23

As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* do Art. 149 da Constituição da República

- (A) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (B) incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- (C) poderão incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível.
- (D) incidirão sobre a exportação exclusiva de serviços.

Questão 24

Segundo a Constituição da República, é **vedado** ao Município cobrar

- (A) tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- (C) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- (D) imposto sobre propriedade urbana.

Questão 25

Com base na Constituição da República, a alíquota máxima para o imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, será fixada

- (A) pelo Congresso Nacional.
- (B) pelo Tribunal de Contas da União.
- (C) pela Assembleia Legislativa estadual.
- (D) pelo Senado Federal.

Questão 26

Compete aos Municípios instituir impostos sobre o disposto nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) propriedade predial e territorial urbana
- (B) transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição
- (C) vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel
- (D) serviços de qualquer natureza definidos em lei complementar

Questão 27

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I. redução das desigualdades regionais e sociais;
- II. busca do pleno emprego;
- III. tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.

Analisar os itens acima e assinalar

- (A) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.

Questão 28

A respeito dos princípios gerais da atividade econômica, conforme reza a Constituição da República, analise as afirmativas a seguir:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
- II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.
- III. O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do Poder competente.

Assinalar:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 29

De acordo com a Constituição da República, a previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, ao disposto nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada
- (B) proteção à maternidade, especialmente à gestante
- (C) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário
- (D) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

Questão 30

Atualmente, é assegurada a aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, caso haja a seguinte condição:

- (A) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- (B) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- (C) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- (D) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

Direito Administrativo**Questão 31**

As opções a seguir apresentam entidades que fazem parte da Administração Indireta, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) a Mesa Diretora de uma Assembleia Legislativa
- (B) uma autarquia
- (C) uma empresa pública
- (D) as fundações públicas

Questão 32

Acerca da descentralização e da desconcentração, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A desconcentração cria órgãos e distribui a competência dentro da mesma pessoa jurídica.
- (B) A descentralização cria entidades e distribui a competência para outra pessoa jurídica.
- (C) Na descentralização, há hierarquia.
- (D) Na desconcentração, há autotutela.

Questão 33

Instituídas por lei, têm autonomia administrativa e financeira, mas estão sujeitas ao controle do Estado. São entidades de direito público e sua atividade-fim é de interesse público.

O fragmento acima se refere às

- (A) autarquias.
- (B) fundações públicas.
- (C) empresas públicas.
- (D) sociedades de economia mista.

Questão 34

É o poder pelo qual os Chefes do Executivo expedem decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.

O fragmento acima se refere ao poder

- (A) vinculado.
- (B) hierárquico.
- (C) disciplinar.
- (D) regulamentar.

Questão 35

Em relação ao interesse público, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O interesse público primário é a razão de ser do Estado, e sintetiza-se nos fins que cabe a ele promover: justiça, segurança e bem-estar social. Estes são os interesses de toda a sociedade.
- (B) O interesse público secundário é o da pessoa jurídica de direito público que seja parte em uma determinada relação jurídica – quer se trate da União, do Estado-membro, do Município ou das suas autarquias. Em ampla medida, pode ser identificado como o interesse do erário, que é o de maximizar a arrecadação e minimizar as despesas.
- (C) Ao Ministério Público e à Advocacia Pública cabe a defesa do interesse público primário.
- (D) Naturalmente, em nenhuma hipótese será legítimo sacrificar o interesse público primário com o objetivo de satisfazer o secundário. A inversão da prioridade seria patente, e nenhuma lógica razoável poderia sustentá-la.

Questão 36

Previstos no Art. 37 da Constituição da República, aos quatro princípios constitucionais originais da Administração Pública se somou mais um, introduzido por emenda constitucional. Esse princípio é o da

- (A) eficiência.
- (B) moralidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) publicidade.

Questão 37

Em relação aos atos administrativos, somente podem ser discricionários os requisitos de

- (A) competência e motivo.
- (B) finalidade e objeto.
- (C) forma e finalidade.
- (D) motivo e objeto.

Questão 38

São atos praticados de ofício pelos agentes públicos e impostos coercitivamente aos administrados, em nome do princípio da supremacia do interesse público.

O fragmento acima se refere aos atos

- (A) de gestão.
- (B) de expediente.
- (C) de império.
- (D) ordinatórios.

Questão 39

A respeito das nulidades e anulabilidades dos atos administrativos em relação aos vícios, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Vício no elemento finalidade: decorrente da inequação entre a conduta e as atribuições do agente. É o caso em que o agente pratica o ato que foge ao círculo de suas atribuições.
- (B) Vício de forma: provém de ato que não observa ou omite o meio de exteriorização exigido para o ato, ou que não atende ao procedimento previsto em lei como necessário à decisão que a Administração deseja tomar.
- (C) Vício do elemento motivo: não existência de fundamento para o ato; ou há fundamento falso; ou o fundamento é desconexo com o objetivo pretendido pela Administração.
- (D) Vício no elemento objeto: consiste na prática de ato dotado de conteúdo diverso de que a lei autoriza ou determina. Há vício se o objeto é ilícito, impossível ou indeterminável.

Questão 40

Em relação à revogação, analise as afirmativas a seguir:

- I. É o ato administrativo discricionário pelo qual a administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência. Seus efeitos produzem efeitos *ex nunc*.
- II. A revogação não pode ser feita quando já se exauriu a competência relativamente ao objeto de ato.
- III. Não podem ser revogados os atos que integram um procedimento, pois a cada novo ato ocorre a preclusão com relação ao anterior.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito Processual Civil**Questão 41**

Zenilda Soares ingressa com ação para obter aposentadoria por incapacidade parcial permanente. Para fundamentar o pedido, junta aos autos o laudo pericial que fora utilizado no processo que havia proposto à Justiça Laboral. A perícia determinada pelo Juízo, sem fazer uso do laudo anterior juntado pela autora, afastou a incapacidade laborativa. Com base na perícia que determinou, o Juiz julgou improcedente o pedido autoral.

Nesse caso,

- (A) houve cerceamento do direito de defesa, uma vez que obrigatoriamente o laudo da Justiça do Trabalho devia ter sido considerado para apreciar os fatos.
- (B) não foi seguido o devido processo legal, já que a perícia teria que fazer referência ao laudo anterior.
- (C) o laudo produzido na Justiça Trabalhista não pode ser usado como prova emprestada, por serem distintos os enfoques.
- (D) o trabalho técnico produzido na Justiça Laboral é unilateral e não permite o contraditório.

Questão 42

Catarina, com 15 anos, pleiteou pensão por morte do pai. Jussara, também filha do falecido José, de relacionamento anterior, com 17 anos na data do óbito, nada requereu.

O tribunal de origem julgou procedente a pretensão de Catarina e assim se manifestou: “Embora o falecido, ao que tudo indica, tivesse uma outra filha menor, com dezessete anos na época do óbito, não consta concessão ou mesmo requerimento de pensão em seu nome. Assim, não se trata de hipótese de litisconsórcio necessário, pois referida filha não pode ser compelida a pleitear o benefício.”

Houve o julgamento acolhendo o pedido de Catarina. No recurso, o Instituto de Previdência alega haver litisconsórcio necessário e quer o reconhecimento da nulidade da relação jurídico-processual.

Nessa hipótese,

- (A) o Tribunal está correto, pois “o direito não socorre os que dormem”.
- (B) o recurso deve ser acolhido, anulando-se a decisão, por haver litisconsórcio necessário.
- (C) o recurso não deve ser acolhido, já que o litisconsórcio é facultativo.
- (D) o Tribunal está correto, porque posteriormente a irmã pode pleitear o mesmo direito.

Questão 43

“Todos são detentores do poder jurisdicional do Estado e, por isso, plenamente aptos a praticar com eficácia todos aqueles atos processuais que não dizem respeito à esfera jurídica de competência de cada um, mas que são comuns a todos os órgãos jurisdicionais. Dessa forma, a cooperação deve existir entre todos os órgãos jurisdicionais instados a desempenharem qualquer atividade no processo.”

O trecho acima se refere à

- (A) divisão de competência.
- (B) cooperação internacional.
- (C) prorrogação de competência.
- (D) cooperação nacional.

Questão 44

Nas opções a seguir, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles for execução e outro ação de conhecimento.
- () Apenas os processos conexos serão reunidos para decisão conjunta, em função do risco de haver contradição.
- () A reunião de ações, em virtude de conexão, não se mostra possível quando implicar alteração de competência absoluta.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e V.
- (C) F, F e V.
- (D) V, F e F.

Questão 45

Quanto ao Incidente da Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), assinale a afirmativa correta.

- (A) É no plano do direito material que estão previstos os requisitos específicos para a incidência da desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) No requerimento da desconsideração da personalidade jurídica, a parte simplesmente alegará o preenchimento de seus pressupostos legais.
- (C) Pode ser instaurado de ofício pelo juiz, com o intuito de dar eficácia à sentença, não permitindo que o devedor se furte de cumpri-la.
- (D) No caso de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, feita a comunicação ao distribuidor, o processo principal continuará tramitando.

Questão 46

Em determinado processo, a empresa ré fora citada em seu antigo endereço, com a correspondência recebida por pessoa não identificada (assinatura ilegível). Entretanto, a pessoa jurídica havia mudado sua sede e comunicara tal fato à Junta Comercial. O antigo endereço, contudo, ainda constava do seu sítio eletrônico.

Nessa hipótese,

- (A) a citação é válida pela aplicação da teoria da aparência.
- (B) a citação é inexistente, já que não se identifica quem assinou o A.R.
- (C) a citação é anulável, se for provado que a pessoa que recebeu o A.R. não era empregada da empresa.
- (D) a citação é nula, considerando-se a extrema relevância da regularidade formal do ato citatório.

Questão 47

“Substitui a vontade dos titulares dos interesses em conflito pela vontade do direito objetivo que rege a controvérsia apresentada, promovendo a pacificação individual das partes e da sociedade.”

O trecho acima trata

- (A) do processo de conhecimento.
- (B) do direito de ação.
- (C) do juízo de evidência.
- (D) da jurisdição.

Questão 48

Analise as assertivas a seguir e assinale a opção em que as duas afirmativas são verdadeiras e a segunda completa o sentido da primeira.

- (A) As partes em Juízo estão devidamente representadas por seus advogados e objetivam decisão que lhes seja favorável. / Dessa forma, não se sujeitam aos deveres de lealdade e cooperação, uma vez que estes são incompatíveis com a parcialidade com a que se encontram na causa.
- (B) O Promotor de Justiça atua nos processos defendendo a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. / Quando estiver no processo como parte, entretanto, poderá quebrar o dever de agir imparcialmente em defesa do interesse protegido.
- (C) O magistrado atua como representante do Estado-juiz, dirigindo o processo com imparcialidade, independência e serenidade. / Constatada a quebra da imparcialidade, poderá ser alegada, pela parte prejudicada, a suspeição ou o impedimento do juiz.
- (D) O processo é produto de uma atividade cooperativa triangular, entre juiz e partes. / Assim, não ficam os serventuários da justiça obrigados ao dever de cooperação, que visa uma tutela jurisdicional específica, célere e adequada.

Questão 49

A hipótese dos autos é de ação acidentária movida por segurado buscando o restabelecimento de seu auxílio-suplementar (concedido em virtude de lesão digital), que fora deferido judicialmente e cessado após a concessão de aposentadoria por invalidez previdenciária. O pedido não foi acolhido, em virtude da vedação legal (da legislação da data do acidente) para a acumulação das duas verbas. O autor recorre, pretendendo a reforma da decisão. Enquanto ainda não julgado o recurso, houve fato novo, consubstanciado na notícia de que a aposentadoria por invalidez (em razão de problemas psíquicos) do demandante/recorrente havia cessado.

Nesse caso,

- (A) não há como reformar a sentença prolatada, com base nos fatos provados nos autos.
- (B) a sentença deve ser anulada pelo Tribunal, para que outra seja proferida em seu lugar, observando-se o fato novo.
- (C) fatos novos não podem ser utilizados para modificar decisão judicial, já que, se assim fosse, estaria contrariado o princípio da não surpresa.
- (D) o autor tem direito ao restabelecimento do auxílio-suplementar na espécie, por conta da cessação da aposentadoria por invalidez durante o processo.

Questão 50

Sobre o inquérito civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma investigação jurisdicional a cargo do Ministério Público, destinada a colher elementos de convicção para eventual decisão judicial.
- (B) A compulsoriedade é uma de suas principais características, já que o Ministério Público está jungido a atuar em defesa do interesse público.
- (C) Não é pressuposto processual para o ajuizamento das ações a cargo do Parquet, pois é um dos instrumentos de atuação do Ministério Público, e não uma de suas funções institucionais.
- (D) As provas colhidas pelo Ministério Público no inquérito civil têm valor probatório absoluto.

Legislação Federal e Municipal

Questão 51

Com base na Lei 10.520/02, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as regras estipuladas nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- Do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.
- A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso na imprensa oficial e em sítio eletrônico oficial do respectivo ente federativo, facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, alternativamente, a utilização de sítio eletrônico oficial da União, conforme regulamento do Poder Executivo federal.
- No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

Questão 52

A respeito das regras para o pregão, conforme a Lei 10.520/02, analise as afirmativas a seguir:

- No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas pela lei, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

Assinale:

- se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 53

Com base no Decreto 10.024/19, obra em bem imóvel envolve o listado nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- fabricação
- recuperação
- reforma
- demolição

Questão 54

Conforme a Lei 8.666/93, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será, para a modalidade concurso, de

- trinta dias.
- quarenta e cinco dias.
- quinze dias.
- cinco dias úteis.

Questão 55

Com base na Lei 14.133/21, serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Analise os itens acima e assinale

- se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- se todos os itens estiverem corretos.

Questão 56

A respeito do que instrui a Lei 8.213/91, assinale a afirmativa **incorreta**.

- O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado na Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.
- Considera-se empresa, para os efeitos da lei, o autônomo e equiparado em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.
- Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação, nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição.
- Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.

Questão 57

De acordo com a Lei Federal 9.717/98, fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1º da lei e, adicionalmente, os preceitos listados nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa
- vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal
- aporte de capital inicial em valor a ser definido conforme diretrizes gerais
- vedação da utilização de recursos do fundo de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados

Questão 58

Conforme institui a Lei Municipal 3.071/21, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Assessor Técnico, subordinado diretamente ao Diretor Superintendente, integra a estrutura administrativa do IPM, em conformidade com a estrutura administrativa descrita na Lei Complementar e em seus anexos.
- II. O cargo de Assessor Técnico é de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Diretor Superintendente dentre os servidores ocupantes de cargo efetivo no IPM.
- III. O requisito de provimento do cargo de Assessor Técnico é Ensino Superior Completo em Economia ou Direito ou Gestão Pública ou Ciências Contábeis ou Administração de Empresas, com registro na entidade de classe competente.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 59

A respeito do que dita a Lei Municipal 1.012/2000, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os servidores públicos municipais efetivos de Ribeirão Preto, de suas Autarquias e Fundações e da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, como segurados obrigatórios da Previdência municipal, deverão se cadastrar junto ao Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto – IPM.
- II. São beneficiários da previdência municipal o cônjuge, companheiro ou companheira e dependentes, na forma seguinte, entre outras: o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos e o irmão inválido.
- III. Perderá a qualidade de segurado o servidor que, encontrando-se em gozo de benefício, deixar de contribuir por mais de 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses intercalados, para o Instituto de Previdência dos Municipiários.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 60

Conforme o disposto na Lei Municipal 3.049/20, analise as afirmativas a seguir:

- I. A concessão de aposentadoria ao servidor municipal amparado no RPPS e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios antes da data de vigência da Lei Complementar, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.
- II. Os proventos de aposentadoria a serem concedidos ao servidor municipal amparado no RPPS e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios.
- III. É assegurado o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria mais favorável ao servidor municipal, desde que tenham sido implementados todos os requisitos para sua concessão, ou de pensão aos seus dependentes, calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Peça Processual

Nos autos eletrônicos do processo nº xxxxx, na fase de cumprimento de sentença, o magistrado de piso determinou a inclusão do Instituto Municipal de Previdência do Município Delta no feito, desde a data da aposentadoria de Joana, autora da demanda.

A ação fora proposta em face do Município, com o acolhimento da pretensão autoral, para recebimento de adicionais por tempo de serviço.

Elabore a peça própria para defender o interesse do Instituto Municipal de Previdência, com toda a fundamentação que considerar pertinente para combater a decisão monocrática.

001		
002		
003		
004		
005		
006		
007		
008		
009		
010		
011		
012		
013		
014		
015		
016		
017		
018		
019		
020		
021		
022		
023		
024		
025		
026		
027		
028		
029		
030		
031		
032		
033		
034		
035		

036	
037	
038	
039	
040	
041	
042	
043	
044	
045	
046	
047	
048	
049	
050	
051	
052	
053	
054	
055	
056	
057	
058	
059	
060	
061	
062	
063	
064	
065	
066	
067	
068	
069	
070	

071	
072	
073	
074	
075	
076	
077	
078	
079	
080	
081	
082	
083	
084	
085	
086	
087	
088	
089	
090	
091	
092	
093	
094	
095	
096	
097	
098	
099	
100	
101	
102	
103	
104	
105	

Instituto
ACCESS